



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 11 de março de 2021
(OR. en)

6902/21

COAFR 63
CFSP/PESC 239
COHAFA 18
COHOM 53
DEVGEN 45

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

data: 11 de março de 2021

para: Delegações

Assunto: Etiópia

– Conclusões do Conselho (11 de março)

Enviam-se em anexo, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre a Etiópia, adotadas por procedimento escrito em 11 de março de 2021.

Conclusões do Conselho sobre a Etiópia

1. A Etiópia é um parceiro estratégico da UE no Corno de África e em toda a região, bem como um importante interveniente multilateral. A UE congratula-se com a estreita cooperação e o diálogo de longa data com o Governo etíope sobre uma vasta gama de questões.
2. No âmbito deste diálogo, a UE saúda a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Pekka Haavisto, em nome do alto representante, à Etiópia e ao Sudão entre 7 e 10 de fevereiro de 2021, em que se reuniu com as autoridades etíopes, sudanesas e da União Africana, e com outras partes interessadas pertinentes, nomeadamente da sociedade civil.
3. Atualmente, a Etiópia encontra-se numa situação interna complexa com implicações sérias para toda a região. O processo de reforma em curso na Etiópia e a evolução recente da situação revelaram incerteza e tensões subjacentes. O conflito armado no Tigré desencadeado pelo ataque a bases militares agravou as tensões no Corno de África e conduziu a uma grave crise humanitária. A UE considera importante tirar as seguintes conclusões ao mesmo tempo que reitera a sua disponibilidade para continuar a desenvolver uma relação que já é de longa data.

Sobre a situação no Tigré

4. A UE continua extremamente preocupada com o conflito. Uma grande parte da população do Tigré, incluindo as pessoas deslocadas na região, continua a não ter acesso a serviços básicos e a comunicações, nem a ajuda humanitária desde o início da crise. Numa região com necessidades já elevadas e recursos escassos, em particular nas áreas rurais, a situação é cada vez mais crítica.

5. A UE insta todas as partes a porem imediatamente termo à violência e a respeitarem o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional humanitário e o direito internacional em matéria de refugiados. É preciso garantir o acesso pleno, rápido e sem obstáculos da ajuda humanitária a todas as pessoas que dela necessitem. Os princípios humanitários de imparcialidade, neutralidade e independência devem ser garantidos para permitir uma resposta humanitária reforçada. A UE apela à proteção das pessoas deslocadas internamente e dos refugiados e recorda que o princípio internacional de não repulsão tem de ser respeitado.
6. Reconhecendo embora o trabalho do Governo etíope para dar resposta a algumas das necessidades da população, a UE salienta que é preciso intensificar esses esforços. É necessário cooperar plenamente com as Nações Unidas e todas as organizações humanitárias no terreno.
7. A UE congratula-se com o anúncio feito pelo Governo etíope de acesso sem entraves à mobilidade das agências humanitárias, com base num sistema de notificação simples, e apela a que este sistema seja implementado imediata e integralmente. Os procedimentos de importação de ajuda humanitária e de equipamento de comunicação devem ser acelerados.
8. Os serviços básicos, incluindo a água, o saneamento, a saúde, a educação, as telecomunicações e os serviços bancários têm de ser rápida e plenamente restabelecidos. Os civis, incluindo as pessoas deslocadas internamente e os refugiados, devem poder circular livremente e em segurança. A UE reconhece os progressos realizados no que diz respeito ao acesso concedido a alguns meios de comunicação social e organizações da sociedade civil, mas continua a ser crucial que o acesso seja concedido a todos, que a sua proteção seja assegurada e que o seu acesso seja concedido sem entraves a todas as zonas do Tigré.
9. A UE continua extremamente preocupada com os numerosos testemunhos e relatos que fundamentam alegações que indicam o envolvimento de diversos intervenientes e, eventualmente, a ocorrência de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, de execuções extrajudiciais, de execuções em massa, de violência sexual e baseada no género, nomeadamente violações, de regressos forçados de refugiados, de outras violações e atropelos dos direitos humanos de pilhagens e de destruição de infraestruturas e de locais religiosos. Estes atos têm de cessar imediatamente.

10. A UE regista também com preocupação os relatos de violência étnica deliberada, de discursos de ódio e de discriminação, no Tigré e em outras partes da Etiópia. Este perigoso padrão poderia conduzir a uma escalada da violência em todo o país e comprometer as possibilidades de paz e reconciliação.
11. A UE saúda os compromissos assumidos pelas autoridades etíopes no sentido de levar todos os autores de crimes à justiça e de aceitar assistência técnica internacional para realizar as investigações. A UE acompanhará de perto os progressos realizados a este respeito, uma vez que todas as alegações de violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário têm de ser investigadas com imparcialidade e a responsabilização tem de ser assegurada. A UE apoia também o importante trabalho da Comissão dos Direitos Humanos da Etiópia (CDHE) que fornece documentação pormenorizada bem como recomendações de medidas a tomar, e que está pronta a apoiar esforços suplementares a nível nacional. A UE saúda, como primeiro passo, o anúncio pelo Governo etíope de criação de um grupo de trabalho para investigar a violência sexual e baseada no género, mas são necessários mais esforços.
12. A UE incentiva a que a monitorização da situação no terreno levada a cabo pelo CDHE seja alargada a toda a região. O pessoal do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos deve também ter pleno acesso à região.
13. A UE incentiva a União Africana a continuar a dialogar a nível político com o Governo etíope para que cessem as hostilidades, seja assegurado o acesso humanitário a todas as zonas de Tigré e se chegue a uma solução política para o conflito.
14. A UE deseja prosseguir o diálogo construtivo com o Governo etíope sobre estes assuntos e continua disposta a apoiar qualquer medida que vise aliviar as tensões e a prestar auxílio às pessoas necessitadas.

Sobre questões regionais conexas

15. As implicações regionais da situação na região etíope do Tigré, bem como o risco de alastramento numa região já frágil, suscitam graves preocupações. Há que evitar uma nova escalada militar e a instabilidade a longo prazo na Etiópia e em toda a região.

16. A UE associa-se ao apelo da comunidade internacional no sentido da retirada imediata das tropas eritreias, uma vez que, conforme relatado por diversas fontes, estas agravam a situação. A UE está também extremamente preocupada com as alegações de que as tropas eritreias cometeram ações que podem constituir crimes de guerra e crimes contra a humanidade. A UE insta à realização de investigações exaustivas e independentes e acompanhará de perto a evolução da situação no futuro.
17. A UE está também preocupada com o aumento das tensões na fronteira entre a Etiópia e o Sudão e apela a ambas as partes para que não poupem esforços para desanuviar a situação, restabelecer a confiança e encontrar uma solução negociada e pacífica. A UE incentiva ambas as partes a reatarem o diálogo o mais rapidamente possível e está pronta a apoiar todos os esforços políticos para alcançar uma solução sustentável.
18. A UE incentiva igualmente a Etiópia, o Sudão e o Egito a reatarem as negociações sobre a Grande Barragem do Renascimento Etíope a fim de chegarem a uma solução duradoura e mutuamente benéfica. A UE tem sido observador nas negociações e continua pronta a apoiar este processo, conforme considerado adequado por todas as partes.
19. A UE exorta o Governo etíope a reforçar a sua cooperação com a União Africana, com a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento e com os parceiros da região, a fim de tomar decisões pacíficas e concertadas para preservar a estabilidade em toda a região.

Sobre a transição na Etiópia

20. A Etiópia está a atravessar um processo de transição democrática de grande alcance em que têm sido executadas importantes reformas políticas e económicas. A UE toma nota do anúncio das eleições gerais para 5 de junho de 2021 e congratula-se com o compromisso assumido pelo Governo etíope no sentido de realizar eleições credíveis e transparentes. A UE está preparada para continuar a prestar a apoio a este processo e agradece ao Governo etíope o convite para realizar a observação eleitoral.

21. Enquanto parceiro empenhado, a UE apela ao Governo etíope para que assegure a realização de eleições inclusivas, de forma a que os partidos políticos possam participar livremente e em pé de igualdade, que a representação e a participação das mulheres seja reforçada, que a realização de reuniões pacíficas seja permitida e que a liberdade de imprensa e a segurança dos jornalistas sejam asseguradas. Os julgamentos justos, transparentes e atempados dos membros dos partidos políticos detidos são igualmente importantes para um processo democrático e para o Estado de direito.
22. A UE incentiva o reatamento dos esforços para desenvolver um diálogo nacional abrangente, inclusivo e transparente entre todas as partes interessadas pertinentes, incluindo as mulheres, os jovens, as organizações da sociedade civil, os partidos políticos e as autoridades regionais. A maior preparação para um diálogo nacional pode servir de importante medida de reforço da confiança no contexto eleitoral e não só.
23. O apoio diversificado e forte que a UE presta à Etiópia desde há muitos anos demonstra o seu firme empenhamento e a importância que atribui à parceria. A UE está atualmente a apoiar a transição da Etiópia e gostaria de continuar a fazê-lo. Procura um diálogo contínuo, no quadro do Compromisso Estratégico UE-Etiópia iniciado em 2016 e dos debates em curso com os parceiros etíopes sobre a futura cooperação. A UE está preparada para apoiar a população etíope, contribuir para os esforços do país no sentido de continuar a implementar as reformas políticas e económicas críticas, promover a continuação do desenvolvimento social e económico e fomentar o comércio e o investimento sustentável. A UE está disposta a reforçar ainda mais esta parceria com base na apropriação e responsabilidade partilhadas.
24. A próxima revisão do quadro estratégico da UE para o Corno de África procurará propor prioridades conjuntas bem como intensificar o diálogo político e um empenho comum em toda a região.